

## AS CAUSAS DA EVASÃO DE ALUNOS DE UM PROGRAMA DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

*Evasion causes of students of a Young and Adult Education program*

GEGLIO, Paulo César<sup>1</sup>  
ROSA, Ana Cristina<sup>2</sup>  
DIAS, Vandeir Gouveia<sup>3</sup>

### RESUMO

O presente artigo apresenta uma discussão a respeito das causas de evasão de alunos do ProJovem Urbano, com base em dados de pesquisa realizada no município de Areia (PB). Os dados foram coletados com 80 alunos e 11 professores que atuaram no programa no período de 2008 a 2010. A evasão de alunos durante a execução dessa versão do ProJovem Urbano no município foi de 50% e as causas apontadas são variadas. A alegação vai desde a dificuldade em entender os conteúdos de algumas disciplinas até a impossibilidade de cumprir o percentual de frequência de 75% às aulas, passando também pela queixa de ausência de professores, demora em receber o material pedagógico e cansaço de alunos trabalhadores para ir à escola. Apesar das reclamações feitas por professores e alunos, na tentativa de justificar a evasão, é positiva a visão que eles possuem sobre o programa, no sentido de oferecer oportunidades de escolarização e qualificação profissional para jovens e adultos que abandonaram a escolarização básica. A causa mais pertinente que consideramos sobre a evasão dos alunos é a impossibilidade deles em conciliar os estudos no ProJovem Urbano com as atividades da vida pessoal, sobretudo aqueles e aquelas que são chefes de família.

**Palavras-chave:** ProJovem Urbano; Evasão escolar; Qualificação profissional.

### ABSTRACT

The present article proposes a discussion concerning the evasion causes of *ProJovem Urbano* students based on data whose research was accomplished in the town of Areia, in Paraíba state. Data was collected by means of 80 students and 11 teachers who acted in the mentioned program between 2008 and 2010. Students' evasion during the fulfillment of this version of *ProJovem Urbano*, in the cited town, was of 50% and their causes are diverse. The claim encompasses difficulty in understanding contents of some subjects up to the impossibility of attending 75% of the classes as well as complaint regarding the absence of teachers, delay in receiving the pedagogical material and tiresomeness of worker students to go to school. In spite of the complaints made by teachers and students, while trying to justify evasion, their point of view about the program is still positive in regard to offering school opportunities and professional qualification for young and adults who abandoned basic school. The most pertinent cause we observed for students' evasion is related to their impossibility to reconcile studies at *ProJovem Urbano* with their personal life activities, especially for those who are family bosses.

**Keywords:** ProJovem Urban; School evasion; Professional qualification.

---

<sup>1</sup> Professor adjunto no Departamento de Ciências Fundamentais e Sociais do Centro de Ciências Agrárias da UFPB. E-mail: pcgeglio@terra.com.br

<sup>2</sup> Professora adjunta no Departamento de Ciências Fundamentais e Sociais do Centro de Ciências Agrárias da UFPB. E-mail: anachrisrosa@terra.com.br

<sup>3</sup> Professor da rede pública de ensino na cidade de Areia/PB, na disciplina de Biologia. E-mail: vandeirg@yahoo.com.br

## INTRODUÇÃO

Os elevados índices de analfabetismo no Brasil sempre foi motivo de muita polêmica, mas só começaram a despertar maior atenção das autoridades brasileiras em meados da década de 1940 (PORCARO, 2008). Naquele momento, a visão dos governantes estava centrada exclusivamente no entendimento de que o analfabetismo era uma condição limitante da nação ter acesso ao mundo do trabalho fabril, visto que a época era de grande expansão industrial. Sobre o percurso do analfabetismo em nosso país, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou em seu site<sup>4</sup> dados de um estudo comparativo que realizou a respeito do censo escolar realizado no ano de 1940, em relação ao do ano de 2000. O comparativo mostra que a taxa de analfabetismo no Brasil em 1940 era de quase 57% da população e no ano de 2000 o percentual era de pouco mais de 12% entre pessoas com mais de 10 anos de idade. Embora a redução do percentual seja de cinco vezes entre os anos comparados, em números absolutos, o órgão revela que a quantidade de analfabetos no ano de 2000 era a mesma que existia em 1940 - 16,4 milhões de pessoas -, um número muito elevado.

É na década de 1940 que efetivamente começam a surgir no Brasil programas de escolarização voltados para pessoas que não eram alfabetizadas. A esse respeito, Beisiegel (1999) destaca o caráter exemplar da campanha nacional de educação de adultos iniciada em 1947 – capitaneada por Lourenço Filho – como política governamental, que exprimia o entendimento da educação de adultos como peça fundamental na elevação dos níveis educacionais da população em seu conjunto. Porém, o efetivo direito à educação básica dessa parcela da população só ocorreu com a Constituição Federal de 1988, em função da luta de setores progressistas da sociedade que se mobilizaram em prol da ampliação dos direitos sociais e das responsabilidades do Estado no atendimento às necessidades dos grupos sociais mais pobres, sobretudo em relação aos jovens entre 15 e 25 anos.

Apesar de a educação de jovens e adultos ser uma garantia constitucional, a situação educacional dos jovens brasileiros ainda é bastante precária atualmente. De acordo com documento publicado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) e o Centro Interamericano para el Desarrollo del Conocimiento em la Formacion Profesional (CINTERFOR), ainda é alta a taxa de analfabetismo entre jovens brasileiros.

Apesar de serem relativamente altas as taxas de escolarização no país [...] a situação educacional dos jovens brasileiros ainda é bastante precária. Alta incidência de repetência e de evasão e a grande defasagem entre a situação escolar nas áreas urbanas e rurais mostram que, no Brasil, a possibilidade de que a educação seja um instrumento para atingir níveis mais elevados de desenvolvimento econômico e bem-estar social, está seriamente comprometida. A escola não está garantindo a todos um mínimo de instrumentação que torne as chances sociais menos desiguais (OIT/CENTERFOR, 2002, p.6).

Para Ferraro (1999), o alto índice de evasão escolar dos jovens do ensino fundamental está relacionado à necessidade que uma parte considerável deles tem de trabalhar para contribuir com a renda familiar. Segundo a

---

<sup>4</sup> Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia\\_visualiza.php?id\\_noticia=892&id\\_pagina=1](http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=892&id_pagina=1)>. Acesso em: 20 dez. 2011.

Organização Internacional do Trabalho (OIT), citada por Chacaltana, Dema e Rosas (2011), na América Latina havia, no ano de 2010, mais de 104 milhões de jovens na faixa etária de 15 a 24 anos. Desse total, aproximadamente 46% já estavam no mercado de trabalho e os jovens desempregados somavam 8%, ou seja, esse percentual é de jovens que entraram no mercado de trabalho e que ficaram desempregados. Além disso, os dados mostram que a taxa de desemprego juvenil é de 13%, percentual que é o dobro de desempregados na população adulta. Outros dados da OIT revelam que 47% dos jovens só estudam, 13% estudam e trabalham e 20% deles não estudam e não trabalham.

Os dados citados acima confirmam a realidade brasileira, de jovens que acessam o mercado de trabalho e que, muitas vezes, não conseguem conciliar a dura rotina de trabalho com os estudos. Soma-se a isso a falta de perspectiva que essa parcela da juventude tem em relação a melhorar de vida com a escolarização. Assim, o cansaço causado pelas horas de trabalho diário, a ausência de estrutura social, como, por exemplo, transporte de qualidade, falta de perspectiva com os estudos, conteúdos e metodologias de ensino distantes da realidade, escolas sem estruturas e recursos materiais, professores despreparados para lidar com esse público, entre outros aspectos, formam um amálgama de motivos que impulsionam o jovem para fora da escola. Portanto, é urgente a necessidade de elaborar propostas de educação para o público jovem e adulto que sejam atrativas e mostrem possibilidades de uso real dos conhecimentos ensinados.

A educação de jovens e adultos, para ser atrativa e fazer jus ao público de trabalhadores, deve ser vista e executada como um conjunto de práticas e reflexões pedagógicas que transbordem os limites da escolarização. Ela deve superar as práticas escolares da forma como as enxergamos atualmente, com seus ritos e procedimentos canônicos. A educação de jovens e adultos, pela sua natureza, deve abarcar processos formativos diversos, nos quais estão incluídas iniciativas visando à qualificação profissional, ao desenvolvimento comunitário, à formação política e cultural dos jovens, além de poder ser desenvolvida em espaços que não se limitam à escola. Segundo Pierro, Joia e Ribeiro (2001), os processos de escolarização de jovens e adultos, no âmbito da escola regular, com seus tempos e espaços rigidamente delimitados, imediatamente se apresentam como problema, pois se trata de um campo pedagógico fronteiriço que poderia ser aproveitado como terreno fértil para a inovação prática e teórica. Os autores chamam a atenção para o fato de que a escola, por ser uma instituição que possui regras próprias e limites espaciais, muitas vezes cerceia a possibilidade de realização de um ensino voltado para um público que não quer simplesmente aprender regras gramaticais, aritmética e história do mundo de maneira linear.

Não se trata de negar a necessidade de que jovens e adultos aprendam os saberes das disciplinas do currículo oficial (Matemática, História, Geografia, Língua Portuguesa, Ciências Naturais), mas de repensar a estrutura escolar como espaço para a consecução do processo de ensino e de aprendizagem de conhecimentos historicamente acumulados pela humanidade. Acreditamos que um dos maiores desafios da sociedade brasileira, sobretudo dos responsáveis pela educação, no que diz respeito à educação de jovens e

adultos, é reconhecer o direito do jovem e do adulto que não concluiu seus estudos no momento oportuno de ser sujeito do seu processo de escolarização. Isso significa mudar completamente a maneira como essa educação é concebida e praticada. É preciso propor novas metodologias e práticas de ensino, considerando os interesses e o perfil social desses jovens e adultos; pensar novas formas de educação articuladas com o mundo do trabalho; investir de maneira mais séria e comprometida na formação de educadores, entre outras ações, de forma que o professor perceba sua responsabilidade nesta tarefa e se envolva com a formação dos jovens e adultos que procuram a escola.

Notadamente, há iniciativas governamentais na atualidade que se mostram preocupadas em oferecer educação para o público jovem e adulto trabalhador - que não concluiu o Ensino Fundamental -, com uma metodologia diferenciada que procura aliar escolarização com formação profissional. Uma dessas iniciativas é o ProJovem Urbano, cuja proposta se diferencia dos tradicionais cursos noturnos voltados para a educação de jovens e adultos. Trata-se de um programa cuja intenção é oferecer escolarização e formação profissional com vistas à melhoria da qualidade de vida dessa parcela da população. O ProJovem Urbano é um programa que integra o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem) e foi criado como ação integrante da Política Nacional de Juventude, lançado pelo governo brasileiro no ano de 2005 com o objetivo de elevar a escolaridade, a qualificação profissional e a participação cidadã dos jovens.

O programa foi proposto especificamente para o segmento juvenil, por considerá-lo mais vulnerável e menos contemplado pelas políticas públicas vigentes. O ProJovem é composto por quatro programas que se integram em uma política nacional, para oferecer escolarização e qualificação profissional aos jovens. Os programas são: ProJovem Urbano, que é destinado a jovens de 18 a 29 anos que sabem ler e escrever. Tem por objetivo elevar a escolaridade, com a conclusão do Ensino Fundamental, além da qualificação profissional e participação em ações de cidadania. Tem duração de 18 meses e é executado pela Secretaria Nacional de Juventude da Secretaria Geral da Presidência da República. ProJovem Adolescente, que é executado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e destina-se a jovens de 15 a 17 anos em situação de risco social, independentemente da renda familiar ou de possuir integrantes de famílias beneficiárias do Bolsa Família. Com duração de 24 meses, essa modalidade oferece proteção social básica, assistência às famílias, e visa elevar a escolaridade e reduzir os índices de violência, uso de drogas, doenças sexualmente transmissíveis e gravidez precoce. ProJovem Campo, que visa à elevação da escolaridade, com a conclusão do ensino fundamental e a capacitação profissional de jovens de 18 a 29 anos que atuam na agricultura familiar. O curso tem duração de 24 meses e é ministrado conforme a alternância dos ciclos agrícolas, respeitando o período em que os alunos estão trabalhando no campo. ProJovem Trabalhador, sob responsabilidade do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), que tem por objetivo preparar o jovem de 18 a 29 anos para o mercado de trabalho. Dessa modalidade podem participar jovens desempregados e que integram famílias com renda per capita de até meio salário mínimo (BRASIL, 2008). Em nosso estudo nos concentramos na

versão ProJovem Urbano, portanto, vamos nos referir ao programa nessa condição.

Atualmente o ProJovem Urbano tem duração de 18 meses, com carga horária de 2000 horas. Desse total, 1440 são aulas presenciais e 560 não presenciais. São 72 semanas distribuídas em seis unidades formativas, cada uma delas desenvolvida durante três meses. No ProJovem Urbano, a formação está focada na preparação do jovem para o desempenho de atividades profissionais ligadas ao mundo do trabalho urbano como, por exemplo, planejamento, produção e comercialização de bens e serviços. O programa é implementado em regime de cooperação com os estados, municípios e o Distrito Federal. Ele possui um projeto pedagógico integrado que articula a conclusão do Ensino Fundamental com a qualificação profissional e a participação cidadã. Para isso, conta com materiais pedagógicos especialmente produzidos para atender à sua finalidade.

Ao integrar Ensino Fundamental, qualificação profissional e ação comunitária (participação cidadã), o ProJovem Urbano tem a intenção de oferecer oportunidade para que os jovens experimentem novas formas de interação, se apropriem de novos conhecimentos, criem suas próprias experiências e sua visão de mundo e, ao mesmo tempo, conquistem sua inserção social e profissional. Além disso, o grande diferencial do ProJovem Urbano em relação a outros programas anteriores de integração e inserção social é que aos alunos, devidamente matriculados, é concedido um auxílio financeiro mensal no valor de R\$ 100,00. Para receber o benefício o aluno deve ter 75% de frequência em cada unidade formativa, realizar os trabalhos escolares previstos para cada mês e ter um aproveitamento de 75% nos mesmos. O Programa também oferece certificação de qualificação profissional em várias áreas de empregabilidade, que variam de acordo com a região do país onde o programa é oferecido. Dados do governo brasileiro mostram que, do ano de 2005 até o final de 2010, a maioria desses jovens se preocupou em obter a certificação do Ensino Fundamental e aprender uma profissão por acreditar que estas são condições básicas para a melhoria de vida sua e, conseqüentemente, a de suas famílias (BRASIL, 2008).

Sob o aspecto da proposta pedagógica, o ProJovem Urbano procura conciliar três dimensões de formação: Ensino Fundamental, qualificação profissional e ação comunitária. No âmbito do Ensino Fundamental, são ensinados os conteúdos do currículo comum (Matemática, Ciências Naturais, História, Geografia, Língua Portuguesa e Língua Inglesa). A qualificação profissional é organizada em arcos ocupacionais, compostos por quatro segmentos que variam de acordo com a região do país, abrangendo planejamento, produção e comercialização de bens e serviços. Com isso, o programa prepara o jovem para ser empregado ou para ser um pequeno empresário, ou ainda um sócio de cooperativa. A qualificação profissional se estabelece no ProJovem Urbano como um dos principais fatores de atração dos alunos, pois, como a maioria dos matriculados está fora da escola e com restrições no mercado de trabalho, ela vê no programa a chance de conquistar uma profissão. A ação comunitária é uma dimensão marcante do currículo integrado do ProJovem Urbano, pois permite aos jovens o desenvolvimento de trabalhos coletivos e associados a outros componentes curriculares. A previsão de aulas teóricas e oficinas que abordam questões sobre direitos humanos, direitos do

consumidor, acesso aos bens e serviços públicos, ética e cidadania, assim como questões de saneamento, saúde pública, qualidade e acessibilidade dos serviços públicos, preservação do meio ambiente, violência, drogas, sexualidade, participação social, direito à cultura e ao lazer, entre tantos outros, proporciona aos jovens a oportunidade de vivenciarem diversas situações de conflito e novidades que os conscientizam da necessidade de superar sua condição social e dimensionar suas conquistas, avanços e recuos. Essa dinâmica incentiva neles a reflexão sobre as práticas sociais e consolida, com isso, suas experiências.

Além das três dimensões integradoras da proposta pedagógica do ProJovem Urbano, há também a proposta de inclusão digital dos jovens, na qual o esforço é realçar o papel do conhecimento em informática como um dos pilares da vida moderna, tendo em vista que o homem encontra-se em uma era totalmente computadorizada. Por meio dessa prática é possível proporcionar aos jovens uma oportunidade efetiva de aprender as noções elementares de funcionamento de um microcomputador, os principais programas informáticos e os recursos técnicos essenciais para a sua operação, além dos sistemas periféricos e as tecnologias da informação.

Apesar do empenho e investimento financeiro do governo brasileiro para que o ProJovem Urbano se efetive como uma política pública eficiente na formação e qualificação dos jovens brasileiros oriundos de uma camada da população economicamente desfavorecida, é possível perceber que o programa, com seus atrativos, por si mesmo não é capaz de fazer com que boa parte dos jovens matriculados nele siga até o final. Essa afirmação parte da constatação dos dados da avaliação de acompanhamento feita pelo próprio governo, em relação à quantidade de matrículas e de concluintes do ProJovem, em alguns estados brasileiros onde o programa é oferecido. No início de cada ano, quando o ProJovem Urbano é iniciado, é comum o registro de um número elevado de matrículas, o que mostra que no começo o interesse dos alunos é expressiva, mas no decorrer do desenvolvimento do programa, segundo o Relatório Parcial de Avaliação do ProJovem, ocorre evasão de 30% a 40% dos alunos. Esse dado nos impulsionou a identificar e compreender os motivos que levam os alunos a evadir do programa. Para isso, realizamos uma investigação no município de Areia (PB), onde constatamos que apenas metade dos 300 alunos matriculados no ano de 2008, quando ocorreu a primeira versão do programa na cidade, concluiu o curso no ano de 2010. Embora seja um estudo de caso, com uma pequena quantidade de matriculados no ProJovem Urbano, no comparativo nacional, acreditamos que ele pode nos fornecer pistas a respeito do que ocorre com o programa de maneira geral.

#### **CAUSAS DA EVASÃO DE ALUNOS DO PROJOVEM URBANO EM AREIA (PB)**

Na cidade de Areia (PB), o ProJovem Urbano foi desenvolvido em duas escolas estaduais. Nossa investigação se concentrou em uma dessas escolas, que teve maior quantidade alunos. Coletamos os dados de 35 alunos, jovens e adultos de ambos os sexos, com idades entre 18 e 29 anos, que evadiram do programa, e de 11 professores. Nossa intenção era saber os motivos da evasão desses alunos.

## A VISÃO DOS PROFESSORES

Para boa parte dos professores (46%) que responderam ao nosso questionário, a evasão de alunos do ProJovem Urbano ocorreu devido à falta de interesse dos próprios alunos em estudar, ou seja, eles não acreditam que o motivo esteja relacionado a uma deficiência no funcionamento do programa ou em função da metodologia de trabalho docente, mas exclusivamente à ausência de vontade dos alunos. Sobre esse aspecto, Freitas (2000, p.209) afirma que

[...] como esses jovens da EJA de 18 a 29 anos acumulam um histórico de diversas reprovações no ensino fundamental, é difícil para os mesmos buscarem interesses para prosseguir com os estudos, já que viram os mesmos conteúdos repetidas vezes.

Não obstante, alguns professores (27%) consideram que a impossibilidade dos alunos em conciliar as atividades da vida pessoal com os estudos é um fator que fez com que ocorresse a evasão. A mesma quantidade de professores (27%) também acredita que os alunos que evadiram o curso constituem uma parcela que se matriculou em função do benefício da bolsa de R\$ 100,00, e como não cumpriram com as normas do programa, de 75% de frequência e realização das atividades, acabaram perdendo a bolsa e por isso evadiram.

Outro dado fornecido pelos professores e que contribui para nossa análise sobre as causas da evasão dos alunos no ProJovem Urbano diz respeito à dificuldade na aprendizagem dos conteúdos de algumas disciplinas. Nesse caso, os professores apontaram as disciplinas de Língua Inglesa e Matemática. Quanto às disciplinas que os alunos menos tiveram dificuldades, eles indicaram aquelas relativas às ciências humanas (História, Geografia, Língua Portuguesa) e as de qualificação profissional. Podemos inferir que o fato de os alunos terem enfrentado menos dificuldades nas disciplinas de ciências humanas e formação profissional é decorrente da maneira como foi efetivada a abordagem dos conteúdos dessas disciplinas. Elas foram ensinadas de maneira contextualizada, mais próxima ao cotidiano dos alunos, sobretudo as discussões envolvendo participação social, cujas discussões eram sobre direitos do consumidor, ética, consumo de bens e serviços, o que despertou o interesse dos alunos para a aprendizagem. Nesse sentido, Freire (1997) afirma que é necessário haver uma significação sobre o conteúdo a ser desenvolvido no currículo escolar para que os alunos (crianças, jovens e adultos) tenham mais interesse e saibam o verdadeiro significado dos conhecimentos apreendidos nas instituições educativas. Sobre as disciplinas de Matemática e Língua Inglesa, a maioria dos professores (55%) alegou que elas são de difícil assimilação pelos alunos, devido ao deficiente histórico escolar, cujas bases primárias de ensino foram bastante limitadas. Segundo Oliveira (1999), para que a matemática seja mais bem compreendida e interpretada pelos alunos da EJA é necessário que ela seja ensinada com o recurso de práticas populares, que trazem a realidade desses alunos para as salas de aula, sem esquecer três aspectos fundamentais: a condição de “não criança”, a condição de excluídos da escola e a condição de membros de diferentes grupos culturais. A matemática se configura como uma componente curricular de grande relevância para a formação social das crianças, dos jovens e adultos, mas ela não pode ser vista pelos alunos como uma disciplina carregada de regras e conceitos teóricos que devem ser

decorados. A matemática precisa ser ensinada e entendida como um recurso para a interpretação do mundo.

Em relação à Língua Inglesa, há o entrave sociolinguístico que a aprendizagem de um idioma não materno pode ocasionar para alunos jovens e adultos em função das diferenças culturais. Porém, os professores também registraram que o professor dessa disciplina deixou de comparecer a algumas aulas, o que também pode ter contribuído para a desmotivação e a dificuldade dos alunos em aprender. Não obstante, compreendemos que a aprendizagem de uma língua estrangeira é importante, pois possibilita ao aluno ampliar sua visão de mundo e estabelecer novas relações entre a língua estrangeira e sua inclusão social. Essa aprendizagem também propicia a oportunidade dele analisar a sua língua materna e perceber a sua identidade cultural, enfim, é uma maneira de o aluno conhecer a sua própria cultura. Para Giroux (*apud* GUILHERME, 2005, p.142):

Aprender uma língua estrangeira é um empreendimento essencialmente humanístico, e não uma tarefa afectada às elites ou estritamente metodológica, e a força da sua importância deve decorrer da relevância da sua função afirmativa, emancipadora e democrática.

A língua, na visão de Giroux (*apud* GUILHERME, 2005), é uma maneira de aprendizagem e de diferenciação necessária na configuração das fronteiras entre o público e o particular, é também um instrumento para tratar questões da política, do poder, da consciência pública e da civilidade.

#### A VISÃO DOS ALUNOS

Perguntamos aos alunos evadidos o motivo que os levaram a se matricular no ProJovem Urbano. Uma parte considerável deles (48%) afirmou que foi atraída pelo benefício da bolsa de R\$ 100,00. Outros (37%) disseram que enxergaram no programa a oportunidade de concluir o Ensino Fundamental e o restante (15%) declarou a oportunidade de formação e crescimento profissional. Embora a maioria dos evadidos afirmasse ter sido atraída pelo recurso financeiro, acreditamos que esse não foi o único atrativo. Todos que se matricularam tinham conhecimento das regras às quais deveriam se submeter, como, por exemplo, comparecer a 75% das aulas e fazer as atividades propostas pelo programa. Nossa hipótese é de que eles enxergaram no ProJovem Urbano não só a oportunidade de concluir o Ensino Fundamental como também adquirir conhecimentos profissionais e, ainda, receber uma bolsa de R\$ 100,00 que contribuiria com o orçamento familiar.

Dadas as condições econômicas, de vida e de trabalho em que eles se encontram e sem perspectivas de mudança, a educação, por si mesma, não alteraria a situação desses jovens, mas o dinheiro da bolsa faria uma grande diferença. Isso justifica a resposta de boa parte dos alunos sobre ter se matriculado no programa somente em função do benefício financeiro. Nossa hipótese também é corroborada pelas respostas que eles deram ao questionamento que fizemos sobre a perspectiva deles com relação ao curso. Perguntamos aos alunos quais eram suas perspectivas em relação ao curso. A maioria (75%) respondeu que fez a matrícula pensando em terminar o Ensino Fundamental e aprender noções básicas de informática. Sobre isso, um dos alunos emitiu a seguinte resposta:

Entrei porque não tinha terminado o Ensino Fundamental. Como o ProJovem era apenas 18 meses e eu só tinha até a 5ª série, resolvi aproveitar a oportunidade, sem falar que ainda ia ter aulas de computação. Sempre quis aprender, mas não podia pagar o curso.

Os alunos também registraram que a qualificação profissional foi um grande diferencial para eles, sobretudo para aqueles que residem na zona rural. Nesse sentido, um deles respondeu: “Minha expectativa, além de terminar o Ensino Fundamental, era aprender sobre agroextrativismo oferecido na qualificação profissional, para poder pôr em prática no sítio em que eu moro.” Também percebemos pelas respostas de alguns alunos (18%) que a única perspectiva com o curso era receber a bolsa paga pelo programa.

Apesar da constatação da existência de uma parcela de alunos que não tinha clareza do que a conclusão dos estudos no Ensino Fundamental lhes proporcionaria em relação à vida pessoal e profissional, visto que a alegação de ter se matriculado no programa ocorreu em função exclusiva do benefício financeiro, a maior parte deles tinha objetivos definidos. A possibilidade de conclusão do Ensino Fundamental e a aprendizagem de técnicas profissionais se constituíram como grandes atrativos, pois havia uma possibilidade real de mudança em suas vidas com a perspectiva de continuidade nos estudos, bem como a utilização dos conhecimentos profissionais em casa ou no mercado de trabalho.

Em relação à aprendizagem dos conteúdos das disciplinas que tiveram mais dificuldades, eles citaram, a exemplo dos professores, os de Matemática e de Língua Inglesa. Sobre esse último componente curricular, os alunos também fizeram menção às ausências do professor. A esse respeito, a maioria (55%) assim se posicionou: “Não tínhamos aula toda semana porque o professor faltava muito, e quando vinha não dava a aula direito, só passava texto e não explicava nada.”

Não investigamos os motivos da ausência do professor ou sua metodologia de ensino, uma vez que não era nossa preocupação e, portanto, não nos reportamos ao caso específico. Ressaltamos, porém, que na profissão de professor o compromisso e o comprometimento com os alunos se caracteriza como fator preponderante para o bom resultado da aprendizagem; do contrário, é possível que ocorram situações de desestímulo pelos estudos e, conseqüentemente, abandono escolar. Embora existam, além dos aspectos particulares, vários motivos que explicam a insatisfação do professor com a profissão (baixos salários, precárias condições de trabalho, falta de recursos materiais e apoio profissional), eles não justificam a falta de compromisso do professor com os alunos. A profissão de professor implica necessariamente que o docente envolva os alunos no seu trabalho. Sobre esse envolvimento, Perrenoud (2000) cita pelo menos quatro ações básicas que o professor deve realizar com seus alunos: suscitar nos alunos o desejo de aprender, explicitando a relação com o saber, o sentido do trabalho escolar e desenvolvimento da capacidade de autoavaliação; fazer emergir deles um conselho apto a negociar por eles os diversos tipos de regras e de contratos; oferecer atividades opcionais de formação; favorecer a emergência de um projeto pessoal em cada aluno. Essas ações são demonstrações de respeito com os alunos. Respeito à dignidade e à autonomia dos educandos (FREIRE, 1997).

Solicitamos aos alunos que apontassem quais mudanças, de acordo com a ótica deles, o programa deveria sofrer. 37% sugeriram o aumento no valor do benefício da bolsa. A mesma proporção de alunos (37%) considerou a necessidade do aumento na quantidade de horas destinadas aos conteúdos profissionalizantes. Sobre isso, 73% dos professores também sugeriram aumentar a carga horária destinada aos conteúdos profissionalizantes como forma de minimizar a evasão de alunos do programa. Segundo Freitas (2005, p.37), no que tange à formação do público jovem e adulto, “[...] os cursos profissionalizantes estão servindo para promover uma maior igualdade entre as classes sociais, fazendo com que muitos jovens tenham a chance de ter um futuro promissor”. Ainda sobre as formas de diminuir a evasão, os professores argumentaram sobre a necessidade de repensar a exigência de que os alunos sejam obrigados a ter 75% de frequência.

#### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Objetivamente, perguntamos aos alunos evadidos porque desistiram do curso. A maioria (49%) afirmou que não conseguiu conciliar suas atividades pessoais, especificamente aquelas relativas ao trabalho e à família, com as atividades e carga horária do curso. Porém, uma parte também significativa (31%) revelou um descrédito do curso em relação à possibilidade de mudança de vida. Uma pequena parcela dos evadidos afirmou que desistiu em função das exigências do programa, como, por exemplo, 75% de frequência, aulas práticas aos sábados, provas e atividades extraclasse.

Nós, educadores, professores e pesquisadores da educação, sabemos que a maioria desses jovens e adultos que não conseguiu concluir os estudos no Ensino Fundamental ou, muitas vezes, nem sequer começou a frequentar essa etapa escolar é de trabalhadores que lutam para superar suas precárias condições de vida. São brasileiros e brasileiras que não contam com serviços médico-hospitalares condizentes com suas necessidades, que sentem a falta de alimentação adequada para suportar uma rotina de trabalho diário e que não possuem moradia e transporte dignos, ou seja, são pessoas que não conseguem exercer plenamente seu papel de cidadão, pois lhes faltam condições básicas para isso. Essa situação se agrava com o analfabetismo, na medida em que eles também são privados da capacidade de interpretar o mundo escrito à sua volta, fato que os coloca à margem da participação nas discussões sobre os problemas sociais que dizem respeito a eles.

Diante dessa situação, não podemos simplesmente afirmar, a exemplo dos professores que responderam ao nosso questionário, que os alunos evadiram porque foram privados do benefício da bolsa no valor de R\$ 100,00, ou porque eles não se interessam em estudar. Para melhor entendermos os reais motivos da evasão é preciso conhecermos as condições de vida desses alunos, sejam elas materiais ou pessoais, bem como suas histórias de vida e suas culturas. Para isso, não basta apenas algumas horas de contato com eles em sala de aula. Para entendermos os motivos que os fizeram evadir é preciso conhecer as circunstâncias na total convivência com eles e não apenas teoricamente. É com essa perspectiva que Gadotti e Romão (2007) consideram que para um programa de educação voltado para jovens e adultos ter sucesso é importante que o educador seja do convívio social do educando, pois quando o educador é do meio do aluno consegue identificar

os problemas e as necessidades dos seus alunos. Dessa maneira, ele compreende as ausências, os desestímulos, as desilusões e cria condições para tentar amenizar tais situações, fazendo com que o aluno não desista da escola diante do primeiro obstáculo que encontra ao se propor a frequentar um curso como o ProJovem Urbano. Um dos principais desafios da educação de jovens e adultos hoje é reconhecer o direito desses alunos que não tiveram a oportunidade de concluir o processo de escolarização de serem sujeitos e exigirem mudanças na maneira como esse tipo de educação é concebida e desenvolvida. Para isso, é preciso que as pessoas que fazem essa educação apresentem novas metodologias e práticas de ensino, que levem em consideração os interesses e condições sociais desses jovens e adultos. É necessário pensar e implementar novas formas de ensino articuladas com o mundo do trabalho, bem como investir de maneira séria e comprometida na formação de educadores, de maneira a fazer com que essa educação, dos jovens e dos adultos, se constitua em um direito do cidadão.

#### REFERÊNCIAS

- BEISIEGEL, C. R. Considerações sobre a política da união para a educação de jovens e adultos analfabetos. **Revista Brasileira da Educação**, São Paulo, v.4, p.26-34, jan./mar. 1999.
- BRASIL. **Programa Nacional de Inclusão de Jovens - ProJovem Urbano, 2008**. Projeto Pedagógico Integrado do ProJovem Urbano. Brasília: Presidência da República/Secretaria Geral da Presidência da República/Secretaria Nacional de Juventude ProJovem Urbano, 2008. p.158.
- CHACALTANA, J.; DEMA, G.; ROSAS, G. Diálogo nacional por el empleo: Uruguay 2011. **Políticas públicas para impulsar el empleo juvenil**. Santiago de Chile: OIT, 2011. Disponível em: <[http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/@ed\\_emp/documents/publication/wcms\\_155290.pdf](http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/@ed_emp/documents/publication/wcms_155290.pdf)>. Acesso em: 20 nov. 2011.
- FERRARO, A. R. Diagnóstico da escolarização no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Caxambu, v.12, dez. 1999.
- FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- FREITAS, M. L. Q. O papel da didática na educação de jovens e adultos. In: MOURA, T. M. (Org.). **A formação de professores(as) para a educação de jovens e adultos em questão**. Maceió: EDUFAL, 2005.
- FREITAS, M. V. Jovens no Ensino Supletivo: na Escola e na Rua. In: SILVA, L. H. (Org.). **A Escola Cidadã no Contexto da Globalização**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- GADOTTI, M.; ROMÃO, J. E. (Org.). **Educação de Jovens e Adultos: teoria, prática e proposta**. 9.ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- GUILHERME, M. Qual o papel da pedagogia crítica nos estudos de língua e de cultura? Entrevista com Henry A. Giroux. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v.73, p.131-143, dez. 2005.
- OIT/CINTERFOR. **Políticas de Juventud en América Latina: evaluación y diseño**. Juventude Brasileira: um estudo preliminar. [S.l.]: OIT/CINTERFOR, 2002. Disponível em: <<http://www.empreende.org.br/pdf/Programas%20e%20Pol%C3%ADticas%20Sociais/Juventude%20brasileira.pdf>>. Acesso em: 18 nov. 2011.
- OLIVEIRA, Marta Kohl de. Jovens e Adultos como sujeitos de conhecimento e aprendizagem. **Revista Brasileira de Educação**, ANPEd, São Paulo, n.12, p.59-73, set./dez.1999.
- PERRENOUD, P. **Dez novas competências para ensinar**. Porto alegre: Artmed, 2000.
- PIERRO, M. C. D.; JOIA, O.; RIBEIRO, V. M. Visão da Educação de Jovens e Adultos no Brasil. **Cadernos Cedes**, ano XXI, n.55, nov. 2001.

PORCARO, R. C. **Educação de Jovens e Adultos**: A regulamentação das políticas educativas no Brasil. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

**Data da submissão:** 02/11/11

**Data da aprovação:** 22/02/12